



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARÁ – CREA-PA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA CIVIL – CEEC

REUNIÃO : **ORDINÁRIA Nº 10/2019**
DECISÃO : **1157/2019-CEEC**
PROCESSO : **23253590/2017**
INTERESSADO . : **CBAA- COMPANHIA BRASILEIRA DE ASFALTO DA AMAZONIA**

EMENTA: Dispõe sobre a manutenção do Auto de Infração, lavrado por infringência ao Art. 67, da Lei Federal 5.194/66 - Pessoa Física ou Jurídica exercendo atividade de Engenharia e/ou Agronomia com anuidade atrasada.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Civil, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará – CREA-PA, apreciando o assunto de que trata o processo relacionado, no caso, infração ao Art. 67, da Lei Federal 5.194/66 - Pessoa Física ou Jurídica exercendo atividade de Engenharia e/ou Agronomia com anuidade atrasada. Considerando o que dispõe o Artigo 2º da Resolução 1.008, de 09 de dezembro de 2004. Considerando o que dispõe o artigo 5º da Resolução 1.008, de 09 de dezembro de 2004. Considerando o que dispõe Artigo 3º e 6º, da Resolução 1.008, de 09 de dezembro de 2004. Considerando o que dispõe o Parágrafo Único do artigo 7º, da Resolução 1.008, de 09 de dezembro de 2004. Considerando o que dispõe o Parágrafo Primeiro do artigo 8º, da Resolução 1.008, de 09 de dezembro de 2004. Considerando o que dispõe o artigo 67, da Lei 5.194, de 24 dezembro 1966. Considerando o que dispõe o artigo 66, da Lei 5.194, de 24 dezembro 1966. Considerando o que dispõe o artigo 17 e 20, da Resolução 1.008, de 09 de dezembro de 2004. Considerando o que dispõe o Parágrafo Primeiro do artigo 11, da Resolução 1.008, de 09 de dezembro de 2004. Considerando que a penalidade deve está em conformidade com o que dispõe a alínea "a" do artigo 73, da Lei 5.194, de 24 dezembro 1966. Considerando que no Auto de Infração a irregularidade foi enquadrada no artigo 67, da Lei Federal 5.194, de 24 dezembro 1966, tendo sido apresentada as provas de que o interessado está exercendo a engenharia estando inadimplente com sua anuidade. Considerando que o interessado não apresentou defesa. Considerando que a penalidade por infração ao dispositivo descrito acima está capitulada na alínea "c" do artigo 71 da Lei Federal 5.194/66 – MULTA, e o seu valor estipulado na alínea "a" do artigo 73 da Lei Federal 5.194/66 - "de um a três décimos do valor de referência, aos infratores dos arts. 17 e 58 e das disposições para as quais não haja indicação expressa de penalidade". Considerando que o valor da multa encontra-se estipulada no Auto de Infração. **DECIDIU**, por unanimidade, pela manutenção do Auto de Infração e notificação, devendo o interessado efetuar o pagamento da multa no valor máximo. A reunião foi coordenada pelo Conselheiro ENG. CIV. ALMIR MAGALHÃES OLIVEIRA DE ALMEIDA JUNIOR, tendo sido este processo relatado pelo (a) Conselheiro (a) ENG. CIV. PEDRO COELHO DA MOTA NETO, presentes os senhores Conselheiros, ENG. CIV. TAIZA NAYANA DA SILVA FERREIRA, ENG. CIV. ALMIR MAGALHÃES OLIVEIRA DE ALMEIDA JUNIOR, ENG. CIV. ALEMAR DIAS RODRIGUES JUNIOR, ENG. CIV. PEDRO COELHO DA MOTA NETO, ENG. CIV. JOSÉ RENATO LIMA AGUIAR, ENG. CIV. ANTONIO DOS SANTOS FERREIRA NETO, ENG. CIV. EDUARDO JOSÉ CAVALCANTE BRANDÃO, ENG. CIV. DANILO DA SILVA BEGOT, ENG. CIV. ANTONIO NOÉ CARVALHO DE FARIAS, ENG. CIV. ALYSSON VALENTE DOS SANTOS, ENG. SAN. JACQUES RODRIGUES MARTINS ----- Cientifique-se e cumpra-se.

Belém – PA, 12 de Dezembro de 2019.

ENG. CIV. ALMIR MAGALHÃES OLIVEIRA DE ALMEIDA JUNIOR
Coordenador Adjunto da CEEC